



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

**EDITAL 90038/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - UASG 925006**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0002376-89.2025.8.22.8700**  
**MENOR PREÇO**

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90038/2026						
Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: <b>11/06/2026, às 09:00h (horário de Brasília), no site</b> <b><a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a></b>			Limite para esclarecimentos e impugnações ao Edital: 08/06/2026.			
<b>Objeto:</b>						
Registro de Preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de tradução/interpretação de idiomas para atender as necessidades da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - EMERON, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.						
<b>Valor Total Estimado:</b>						
R\$ 450.687,20 (quatrocentos e cinquenta mil seiscientos e oitenta e sete reais e vinte centavos).						
<b>Registro de Preços?</b>	<b>de</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Modo de disputa</b>	<b>Intervalo mínimo de entre lances</b>		
(x) sim ( ) não		( ) Facultativa (x) Não necessária	(x) Aberto ( ) Aberto e Fechado ( ) Fechado e Aberto	(x) R\$ 0,01 ( ) R\$ _____		
<b>Licitação Exclusiva ME/EPP?</b>		<b>Reserva ME/EPP?</b>	<b>Cota</b>	<b>Ampla Concorrência?</b>	<b>Prioridade ME/EPP local ou regional?</b>	<b>Exige amostra/demonstração?</b>
( ) sim (x) não		( ) sim (x) não		(x) sim ( ) não	( ) sim (x) não	( ) sim (x) não
<b>Telefone para contato:</b>			<b>e-mail para contato:</b>			
(69) 3309-6652			licitacoes@tjro.jus.br			
<b>Observações Gerais:</b>						
<p>- Tendo em vista a ausência de descrições idênticas de alguns itens, por ocasião do cadastramento junto ao Sistema de Compras do Governo Federal (CATMAT), os mesmos foram cadastrados com descritivos similares, todavia, para cadastramento da proposta, deve-se observar e atender aos descritivos constantes no <b>ANEXO IV</b> - Termo de Referência e <b>ANEXO I</b> - Modelo de apresentação de proposta detalhada após o encerramento dos lances.</p> <p>- Após a fase de lances as licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço atualizado e os documentos de habilitação exigidos no Edital, quando convocada pelo(a) Pregoeiro(a).</p> <p>- Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados serão encaminhados pela licitante, quando convocada pelo(a) Pregoeiro(a).</p>						



## 1. PREÂMBULO

1.1. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (TJRO), doravante denominado Tribunal, **TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, tipo menor preço, execução indireta, sob o regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO** tendo por finalidade a qualificação de **EMPRESAS** e a seleção de propostas, sendo regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, pela Lei Complementar n. 123/2006 e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011 e do Decreto Federal n. 11.462/2023, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes, segundo as condições e especificações deste Edital e seus Anexos.

## 1.2. DO OBJETO

1.2.1. **Registro de Preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de tradução/interpretação de idiomas para atender as necessidades da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - EMERON, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.**

1.2.2. A existência de preços registrados **não obriga** este Tribunal a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 1.3. DA SESSÃO DE DISPUTA

SESSÃO PÚBLICA DA DISPUTA: **09:00h do dia 11/06/2026 (horário de Brasília).**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

## 2. DA AUTORIZAÇÃO

2.1. A realização desta licitação encontra-se devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesas deste Tribunal, conforme Processo Administrativo n. 0002376-89.2025.8.22.8700.

## 3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a) que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei n. 14.133/2021; e
- b) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei n. 14.133/2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar n. 123/2006](#) e do Decreto n. 8.538/2015.

3.3. Somente para as licitantes cadastradas como microempresa ou empresa de pequeno porte:

- a) que não ultrapassou os limites de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar;
- b) nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame; e
- c) nos itens não exclusivos, a manifestação no campo “não” apenas produzirá o efeito se a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, mesmo sendo qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.4. Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte quando o valor estimado da contratação for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme art. 4º, § 1º, da Lei n. 14.133/2021.

3.5. Não será permitida a participação de empresa em consórcio, uma vez que o objeto em questão apresenta ampla competitividade no mercado e não apresenta complexidade técnica ou econômica que exija a união de esforços de múltiplas empresas para o cumprimento das obrigações contratuais.



#### 4. DO VALOR ESTIMADO

4.1. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 450.687,20 (quatrocentos e cinquenta mil seiscentos e oitenta e sete reais e vinte centavos)**.

#### 5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral do SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

5.3. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 6. DO PROCEDIMENTO DESTA PREGÃO ELETRÔNICO

##### 6.1. Do envio da proposta pelo sistema eletrônico

6.1.1. A licitante credenciada interessada em participar deste Pregão Eletrônico deverá enviar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo considerada inválida a proposta apresentada por meio diverso.

6.1.2. Após acessar o sistema, o representante credenciado inserirá sua proposta inicial informando o **valor unitário** e o **valor total** proposto para cada item ofertado, em moeda nacional, com DUAS casas decimais, sem pontos e com vírgulas, para o objeto deste Edital até a data e horário previstos em seu Preâmbulo e, ainda, em campo próprio do sistema manifestar-se sobre todas as declarações exigidas.

6.1.2.1. É vedada a cotação parcial de itens, de quantidade inferior à demandada nesta licitação e de preços unitários distintos para o mesmo item licitado, independentemente da localidade de entrega.

6.1.3. Todas as despesas necessárias à perfeita execução do contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens ou quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados...) devem estar inclusas nos preços cotados.

6.1.4. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data marcada para a abertura das propostas, podendo a licitante ofertar prazo superior, declarando-o expressamente no campo Descrição Complementar.

6.1.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

6.1.6. A licitante terá oportunidade de rever as condições de sua proposta, cancelando-a e enviando nova proposta, desde que não tenha encerrado o período de tempo previsto para o seu encaminhamento. Uma vez abertas as propostas, o sistema não permitirá a retirada, alteração e/ou encaminhamento de nova proposta. Após a abertura das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).



**6.1.7. No caso de haver divergência entre a descrição do código do serviço no aviso do COMPRAS.GOV.BR e o disposto nos Anexos deste Edital (Especificações), a licitante deverá obedecer ao que está disposto nestes Anexos.**

## **6.2. Da abertura e do critério de julgamento da proposta**

6.2.1. Na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital serão abertas as propostas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar sua aceitabilidade, verificando a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.2. O(A) Pregoeiro(a) efetuará o julgamento das propostas pelo critério **MENOR PREÇO**, observados os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

6.2.3. **Será desclassificada** a proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que: contenha vícios insanáveis; não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital; apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para o item; não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável.

6.2.3.1. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor máximo estimado para o item.

6.2.3.1.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem 6.2.3.1 deste Edital, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

- a) que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.2.4. O critério de aceitabilidade dos preços propostos será o da compatibilidade com os preços de mercado.

6.2.5. Para divergência entre valores unitários e os totais, prevalecerão os primeiros. Em caso de divergência entre os algarismos do preço e seu valor por extenso, será considerado este último.

6.2.6. No julgamento das propostas e dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, sempre assegurada a todas as licitantes paridade de tratamento neste aspecto.

## **6.3. Da fase de disputa e da formulação de lance**

6.3.1. Classificadas as propostas, na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase de disputa da sessão pública. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputa e ordenadas por valor.

6.3.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de disputa.

6.3.3. Para participar da fase de disputa, as licitantes deverão acessar o site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), opção Fornecedor > Acesso ao sistema > Fornecedor Brasileiro/Estrangeiro > Login e Senha.

6.3.4. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão formular lances sucessivos de menor valor, sendo informadas, imediatamente, sobre o seu recebimento com a indicação do respectivo horário e valor. Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade da proposta de menor preço.

6.3.4.1. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados em ordem crescente.

6.3.5. A licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado pelo sistema, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.3.6. Durante o transcurso da fase de disputa, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autora do lance.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

6.3.7. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.3.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.3.8.1. A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração desta etapa.

6.3.8.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 6.3.8.1 deste Edital, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.3.8.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens 6.3.8.1 e 6.3.8.2 deste Edital, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 6.3.4.1 deste Edital.

6.3.8.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%, o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos neste Edital, para a definição das demais colocações.

6.3.8.5. Após o reinício previsto no subitem 6.3.8.4 deste Edital as licitantes serão convocadas para apresentarem lances intermediários.

6.3.8.6. Encerrada a etapa de que trata o subitem 6.3.8.5 deste Edital, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 6.3.4.1 deste Edital.

6.3.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.3.10. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.3.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

6.3.12. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.3.13. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

6.3.14. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.3.15. Em caso de empate entre duas ou mais propostas iniciais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.

6.3.15.1. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público a ser realizado no próprio Sistema Eletrônico, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.3.16. Encerrada a etapa de lances, ocorrendo a situação denominada empate ficto, prevista no art. 44, § 2º, da Lei Complementar n. 123/2006, o Sistema Eletrônico se encarregará automaticamente de assegurar o exercício dos direitos inerentes à preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma regulamentada pelo art. 45 do mesmo Estatuto.

**6.3.16.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta também não se enquadre nessas categorias.**

6.3.16.2. Nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 123/2006, é assegurado, como critério de **desempate**, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.3.17. Encerrado o tempo normal de disputa, o sistema identificará automaticamente a existência da situação de empate na sala de disputa, informando o nome da licitante. Em seguida, o(a) Pregoeiro(a) convocará a licitante que se encontre em situação de empate para, **no prazo de 5 (cinco) minutos**, sob pena de preclusão, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o item/grupo.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.3.18. Não havendo manifestação da licitante convocada para registrar novo lance, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma licitante em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao(à) Pregoeiro(a) dar encerramento à disputa do item/grupo.

6.3.19. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.3.20. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada. Para tanto, deverá se manifestar quando da convocação pelo(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema eletrônico. A apresentação dessas novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

6.3.21. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.3.22. Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimado para o item, a negociação poderá ser feita com às demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no subitem 6.3.4.1 deste Edital, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no subitem 6.3.15 deste Edital.

6.3.23. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3.24. Observado o prazo de que trata o subitem 6.5.1 deste Edital, o(a) Pregoeiro(a), deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

6.3.25. Todas as informações relativas à sessão pública deste Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

6.3.26. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.27. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.3.28. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) de data diversa.

#### **6.4. Dos benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte**

6.4.1. Nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 123/2006, é assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

#### **6.5. Da proposta detalhada e da habilitação**

6.5.1. A **PROPOSTA DETALHADA** (modelo constante no **ANEXO I** deste Edital), **atualizada em conformidade com o menor lance eventualmente ofertado**, deverá ser encaminhada, pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado do momento da convocação pelo(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema eletrônico, e deverá conter:

a) Razão social da proponente, endereço, CNPJ, número da conta corrente, agência e respectivo banco, fone fixo/celular e endereço eletrônico (e-mail);



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

b) Descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo prazo de validade/garantia caso haja, em conformidade com as características exigidas no Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital; e

c) Valor unitário e valor total de cada item.

6.5.1.2. No prazo previsto no subitem 6.5.1 deste Edital, a prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou

b) de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital.

6.5.2. A **HABILITAÇÃO** consistirá em:

a) regularidade perante a Fazenda federal, estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente e municipal, na forma da lei;

b) regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

c) regularidade perante a Justiça do Trabalho;

d) atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que tenha executado diretamente serviço de tradução e revisão de textos para o **Item 1** do **ANEXO I** do Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital; e

e) atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que tenha executado diretamente serviços de tradução/interpretação de idiomas para o **Grupo 1** do **ANEXO I** do Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital.

6.5.2.1. Os documentos exigidos nas alíneas "a", "b" e "c" do subitem 6.5.2 deste Edital serão verificados, pelo(a) Pregoeiro(a), em consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões que constituirá meio legal de prova.

6.5.2.2. Os documentos exigidos nas alíneas "d" e "e" do subitem 6.5.2 deste Edital deverão ser apresentados pela licitante quando solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).

6.5.2.3. A licitante poderá apresentar quantos atestados forem necessários para a comprovação do atendimento quanto às exigências contidas nas alíneas "d" e "e" do subitem 6.5.2 deste Edital.

6.5.2.3.1. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter informações que identifique o emitente e a qualidade da execução do objeto contratado.

6.5.2.4. Não serão admitidos atestado(s) de capacidade técnica de serviços em andamento.

6.5.2.5. Serão desconsiderados Atestado(s) de Capacidade Técnica que não comprovem a similaridade com o exigido.

6.5.2.6. A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 64, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.

6.5.2.7. Os documentos para habilitação serão exigidos apenas da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar e o prazo para a sua apresentação, quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a), será de até 2 (duas) horas, prorrogado por igual período.

6.5.2.8. No prazo previsto no subitem 6.5.2.7 deste Edital, a prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou

b) de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital.

6.5.2.9. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.5.3. A documentação exigida deverá ter validade mínima até a data prevista para a sessão pública. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias corridos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição.

6.5.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora desta licitação, prorrogável por igual período, a critério do Tribunal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.5.4.1. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará na decadência do direito à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado ao Tribunal convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou, ainda, revogar esta licitação.

6.5.5. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio do Tribunal, no endereço mencionado neste Edital, dentro do prazo assinalado pelo(a) Pregoeiro(a).

6.5.5.1. As cópias poderão ser autenticadas por tabelião de notas, Pregoeiro(a) ou membro da equipe de apoio mediante apresentação do original ou publicação em órgão da imprensa oficial e ainda por declaração de autenticidade por advogado.

6.5.6. As certidões apresentadas pela licitante, conforme disposição do subitem 6.5.2 deste Edital, estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pelo(a) Pregoeiro(a) ou membro da equipe de apoio. A verificação pelo Tribunal nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

6.5.7. A licitante deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.5.8. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz; e

c) se a licitante for a matriz e a fornecedora do objeto deste Edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

6.5.9. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, quando então poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.5.10. Se a documentação exigida para habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, ou se a licitante estiver em suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, ou se for identificada como inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, tal licitante será inabilitada, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

6.5.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

## **6.6. Do recurso**

6.6.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

6.6.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

6.6.2.1. As demais licitantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

6.6.3. Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

6.6.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6.5. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade superior.

6.6.6. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a autoridade superior a adjudicar e homologar o objeto à licitante vencedora.

6.6.7. Findo o prazo do subitem 6.6.2 deste Edital, impugnado ou não o recurso, o(a) Pregoeiro(a) o apreciará no prazo de 3 (três) dias úteis, quando opinará pela manutenção ou reforma do ato recorrido. Não havendo a reconsideração do ato, os autos serão encaminhados à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

## **7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO**

### **7.1. Da adjudicação e homologação**

7.1.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei n. 14.133/2021.

### **7.2. Do cadastro de reserva de fornecedores**

7.2.1. Após a homologação da licitação, com o objetivo de formar cadastro de reserva de fornecedores, no caso de exclusão do primeiro colocado, será incluído na respectiva ata o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da licitante vencedora, na sequência da classificação do certame.

7.2.2. A ordem de classificação no cadastro de reserva de fornecedores seguirá a ordem das últimas propostas apresentadas durante a fase competitiva.

### **7.3. Da assinatura da Ata de Registro de Preços**

7.3.1. Homologado o resultado desta licitação e respeitada a ordem de classificação, o Tribunal convocará a adjudicatária para que assine digitalmente a Ata de Registro de Preços.

7.3.2. A convocação será realizada via e-mail – com aviso de recebimento.

7.3.3. O prazo para assinatura será de até 2 (dois) dias úteis, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, notificada nos prazos e condições estabelecidas neste Edital, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à perda do direito à assinatura da Ata, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas no Item 8 deste Edital.

7.3.3.1. O prazo pode ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Tribunal.

7.3.4. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de meio digital/virtual, far-se-á a remessa da Ata de Registro de Preços, por via postal, para assinatura da adjudicatária.

7.3.5. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o representante da licitante vencedora deverá acessar

o link [http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0) efetuar cadastro para liberação da assinatura digital no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), devendo se solicitado:



- a) comprovar seu poder para representar a licitante, através de documento legal; e
- b) atualizar todos os documentos apresentados quando da habilitação, se vencidos.

7.3.6. Nas hipóteses de não assinatura da Ata, nos prazos e condições estabelecidas, o Tribunal poderá convocar outra licitante, respeitada a ordem de classificação e mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

#### **7.4. Da Adesão ao Registro de Preços**

7.4.1. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta a este Tribunal, desde que devidamente comprovada a vantagem. Para tanto, os interessados deverão entrar em contato com o(a) Gestor(a) da Ata de Registro de Preços, conforme Item 15 do Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital.

7.4.1.1. Caberá à Detentora da Ata de Registro de Preços e ao Tribunal, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Tribunal e órgãos participantes.

7.4.1.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem 7.4.1 deste Edital não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

7.4.2. Os preços registrados ficarão disponibilizados em meio eletrônico na página do Tribunal.

7.4.3. As contratações decorrentes do registro obedecerão à ordem de classificação dos fornecedores constantes na Ata.

7.4.4. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Tribunal e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

7.4.5. Após a autorização do Tribunal, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

#### **7.5. Do prazo de vigência, da prorrogação e do reajuste da Ata de Registro de Preços**

7.5.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data de sua última assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado por igual período, havendo a renovação dos quantitativos inicialmente registrados.

7.5.2. A prorrogação da Ata de Registro de Preços fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei n. 14.133/2021.

7.5.3. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços apenas poderão ser reajustados após decorrido 1 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

7.5.3.1. O pedido de reajuste deverá ser analisado e será formalizado mediante apostilamento ou termo aditivo.

7.5.4. A Detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

7.5.5. Fica vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto, durante o prazo de validade da Ata de que já tenha participado, exceto nos casos em que a Ata registrada tenha consignado quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

#### **7.6. Do cancelamento do Registro de Preços da Detentora**

7.6.1. A Detentora dos Preços Registrados terá seu registro cancelado quando:



- 
- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
  - b) não assinar o contrato, no prazo estabelecido pelo Tribunal, sem justificativa aceitável;
  - c) não aceitar reduzir os preços registrados, quando este se tornar superior ao praticado no mercado; e
  - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

7.6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” do subitem anterior, será formalizado por despacho expedido pelo Ordenador de Despesas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.6.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

#### **7.7. Da revisão dos preços registrados**

7.7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados.

7.7.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Tribunal convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.7.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.7.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.7.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Tribunal poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da assinatura do contrato; e
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.7.4. Não havendo êxito nas negociações, o Tribunal procederá a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.7.5. O requerimento de que trata o subitem 7.7.3 deste Edital deverá comprovar a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas pela Detentora dos Preços Registrados.

7.7.5.1. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias alusivas à época da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços.

7.7.5.2. Junto com o requerimento, a Detentora dos Preços Registrados deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor registrado.

7.7.5.3. O Tribunal, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá a revisão dos preços.

7.7.5.4. As alterações decorrentes da revisão dos preços serão publicadas no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia e ficarão disponibilizadas em meio eletrônico na página do Tribunal.

7.7.6. O acompanhamento dos preços não desobriga a unidade requisitante de efetivar pesquisa de mercado previamente à contratação.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

7.7.7. Devidamente comunicada da existência de contrato para assinatura, é vedado a Detentora recusar-se a fornecer o objeto registrado na Ata de Registro de Preços, estando sujeita às sanções previstas neste Edital.

**7.8. Da assinatura do contrato**

7.8.1. Conforme descrito no subitem 11.2.1 do Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital.

7.8.2. Fica vedada a contratação de mais de uma empresa para a execução do mesmo objeto, exceto nos casos em que, mediante justificativa, o objeto possa ser executado de forma concomitante por mais de um contratado ou a múltipla execução se mostrar conveniente.

**7.9. Da vigência do contrato**

7.9.1. Conforme descrito no subitem 11.2.2 do Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital.

**7.10. Da alteração, do reajuste de preços, da inexecução e da extinção do contrato**

7.10.1. Conforme descrito no subitem 11.2.3 do Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital.

**8. DAS PENALIDADES DO PROCEDIMENTO**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame, desde que cause prejuízo à Administração;

b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta detalhada e adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; e

2. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

c) não assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;

e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

f) fraudar a licitação;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

2. induzir deliberadamente a erro no julgamento; e

3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

i) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n. 12.846/2013](#).

8.2. Com fulcro na [Lei n. 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou aos adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

- 
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da comunicação oficial.

8.4.1. Para as infrações previstas nas alíneas "a" e "b" do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 1% do valor estimado da contratação.

8.4.2. Para a infração prevista na alínea "c" do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 5% do valor da Ata de Registro de Preços.

8.4.3. Para a infração prevista na alínea "d" do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 5% do valor do contrato.

8.4.4. Para as infrações previstas nas alíneas "e", "f", "g", "h" e "i" do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 30% do valor estimado da contratação.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas previstas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do subitem 8.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração direta e indireta do Estado de Rondônia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações previstas nas alíneas "e", "f", "g", "h" e "i" do subitem 8.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do subitem 8.1 deste Edital que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei n. 14.133/2021](#).

8.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **9. DO PAGAMENTO**





9.1. Conforme descrito no Item 18 do Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital.

## **10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**

10.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostos por qualquer pessoa, dirigidas ao(à) Pregoeiro(a) e por meio do e-mail [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br), até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame.

10.1.1. Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pelos(as) responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre os pedidos de esclarecimentos e as impugnações no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.1.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

10.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha, após a abertura das propostas, apontar falhas ou irregularidades, ou não o fizer no prazo estabelecido.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1. Para contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias corridos, **exceto** quando explicitamente disposto em contrário.

11.2. A contagem dos prazos somente se inicia e vence em dia de expediente neste Tribunal.

11.3. A simples participação nesta licitação implica em total aceitação das normas contidas neste Edital.

11.4. As despesas de elaboração das propostas para este certame licitatório serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não conferindo direito a qualquer indenização ou ressarcimento.

11.5. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados **em qualquer fase da licitação**. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, implicará no cancelamento do respectivo registro de preços, ou, se for o caso, na extinção contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.6. É facultado ao(à) Pregoeiro(a), ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

11.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 6.2.6 deste Edital, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.7. As licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), ao qual se reserva o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

11.8. O(A) Pregoeiro(a) poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

11.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10. O resultado da licitação será divulgado mediante aviso, o qual será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia, no [site www.tjro.jus.br](http://site.www.tjro.jus.br), bem como afixado no quadro próprio localizado na Sede deste Tribunal, na Rua José Camacho, n. 585, Térreo, Bairro Olaria, Porto Velho/RO.

11.11. Qualquer modificação neste Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), que decidirá com base na legislação em vigor.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

11.13. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir quaisquer questões oriundas da presente licitação.

11.14. Este Edital encontra-se à disposição dos interessados nos *sites* [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) ou [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), bem como na sala do Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio (DEAGESP/TJRO), situada na Rua José Camacho, n. 585, Sala 207, 2º Andar, Bairro Olaria, nesta Capital, no horário das 7h às 14h, onde poderá ser retirado, preferencialmente em meio eletrônico, sem ônus para o Tribunal.

11.15. O(A) Pregoeiro(a) e sua equipe de apoio encontram-se à disposição **para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares** no endereço citado no subitem anterior ou pelo fone (69) 3309-6652, e ainda pelo e-mail [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br). O(A) Pregoeiro(a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos por ele em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto deste Tribunal quanto do emissor.

11.16. ATENÇÃO: Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Resolução n. 027/2016-PR. Para tanto, os representantes das licitantes vencedoras, após a homologação do Certame, deverão obrigatoriamente, se cadastrar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, no acesso externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no endereço: [http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0), **para assinatura digital da Ata de Registro de Preços**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Item 8 deste Edital.

11.17. Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estabelecidos neste Edital.

11.18. A licitante vencedora se compromete a respeitar todas as obrigações estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei n. 13.709/2018) e outras leis aplicáveis em relação às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto deste Edital, protegendo os direitos e garantias fundamentais envolvidos, incluindo a confidencialidade das informações.

11.19. São partes integrantes do presente Edital:

- a) ANEXO I - Modelo de apresentação de proposta detalhada após o encerramento dos lances;
- b) ANEXO II - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- c) ANEXO III - Preços de referência;
- d) ANEXO IV – Termo de Referência; e
- e) ANEXO V - Minuta do Contrato.

Porto Velho/RO, 21 de maio de 2026.

**Cristiano Manzini**  
**Vice-Diretor da Emeron**  
**Escola da Magistratura do Estado de Rondônia**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

**ANEXO I**  
**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DETALHADA**  
**APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES**

**PREGÃO ELETRÔNICO n. 90038/2026.**

Razão Social:  
Número do CNPJ:  
Endereço completo com CEP:  
Fone/Celular:  
Outros (correio eletrônico...):  
Banco/Nome e n. da Agência/Conta Corrente:  
Responsável legal para assinatura do Contrato (nome, documentação de identificação oficial e CPF):

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de tradução/interpretação de idiomas para atender as necessidades da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - EMERON, nos termos do Pregão em epígrafe.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT./UN.	VALOR UNITÁRIO DO ITEM (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
-	1	_____[Descrever as especificações do item]____.	500 laudas		
VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)					
2	2	_____[Descrever as especificações do item]____.	18 diárias		
	3	_____[Descrever as especificações do item]____.	3.600 diárias		
	4	_____[Descrever as especificações do item]____.	12 diárias		
	5	_____[Descrever as especificações do item]____.	12 diárias		
	6	_____[Descrever as especificações do item]____.	12 diárias		
	7	_____[Descrever as especificações do item]____.	12 diárias		
VALOR TOTAL DO GRUPO (R\$)					

Declaro que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, tais como custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens ou quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado.

O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias corridos, nos termos do subitem 6.1.4 do presente Edital.

O Prazo de entrega:

**OBSERVAÇÃO:**

1. Quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante deve:

a) Encaminhar os documentos exigidos nas alíneas "d" e "e" do subitem 6.5.2 deste Edital.

Porto Velho/RO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura do Representante Legal  
Documentação de identificação oficial e CPF



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

ANEXO II  
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO N. 90038/2026 – TJRO

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (TJRO), denominado **Tribunal**, CNPJ n. 04.293.700/0001-72, com sede na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, representado neste ato por seu Ordenador de Despesas, **com recursos do FUJU - FUNDO DE INFORMATIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS** (CNPJ n. 10.466.386/0001-85) e, de outro lado a empresa abaixo qualificada, denominada **Detentora**, firmam esta **Ata de Registro de Preços**, conforme decisão exarada no Processo Administrativo n. 0002376-89.2025.8.22.8700, sob a regência da Lei Federal n. 14.133/2021, pela Lei Complementar n. 123/2006 e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011 e do Decreto Federal n. 11.462/2023, suas respectivas alterações, visando o **REGISTRO DE PREÇOS** dos Itens a seguir, nos termos do referido Edital e seus Anexos, conforme as cláusulas e condições a seguir:

**DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA**

1.1. Registro de Preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de tradução/interpretação de idiomas para atender as necessidades da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - EMERON, em consonância com o referido Edital e conforme classificação a seguir:

**Primeira Classificada**

Empresa:				CNPJ:	
Endereço:					
E-mail:		Fone Fixo:		Celular:	
Representante:		Documentação de identificação oficial:		CPF:	
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT./UN.	VALOR UNITÁRIO DO ITEM (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
-	1	_____ [Descrever as especificações do item]_____.	500 laudas		
VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)					
1	2	_____ [Descrever as especificações do item]_____.	18 diárias		
	3	_____ [Descrever as especificações do item]_____.	3.600 diárias		
	4	_____ [Descrever as especificações do item]_____.	12 diárias		
	5	_____ [Descrever as especificações do item]_____.	12 diárias		
	6	_____ [Descrever as especificações do item]_____.	12 diárias		
	7	_____ [Descrever as especificações do item]_____.	12 diárias		
VALOR TOTAL DO GRUPO (R\$)					

1.2. O referido Edital e seus Anexos, e a proposta da Detentora fazem parte integrante da presente Ata.

1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

**1.4.** A Detentora se compromete a fornecer o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com os preços, marcas e especificações constantes no subitem 1.1 desta Cláusula.

**1.5.** Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens ou quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados e demais despesas correlatas.

**DO PRAZO DE VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE - CLÁUSULA SEGUNDA**

**2.1.** O prazo de vigência desta Ata será de 1 (um) ano, contado da data da sua última assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado por igual período, havendo a renovação dos quantitativos inicialmente registrados.

**2.2.** A prorrogação desta Ata fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei n. 14.133/2021.

**2.3.** Os preços registrados nesta Ata de Registro de Preços apenas poderão ser reajustados após decorrido 1 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

**2.3.1.** O pedido de reajuste deverá ser analisado e será formalizado mediante apostilamento ou termo aditivo.

**2.4.** A Detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

**DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS - CLÁUSULA TERCEIRA**

**3.1.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o Tribunal convocará a Detentora para negociar a redução do preço registrado.

**3.1.1.** A recusa da Detentora em reduzir seus preços na forma prevista no subitem 3.1 desta Cláusula, implicará o cancelamento parcial ou integral do Registro de Preços e a liberação da Detentora, sem aplicação de penalidades administrativas.

**3.2.** Quando o preço registrado se tornar superior ou inferior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o Tribunal convocará a Detentora para proceder à atualização dos preços de acordo com os novos encargos.

**3.2.1.** A recusa da Detentora em reduzir seus preços na forma prevista no subitem 3.2 desta Cláusula, implicará o cancelamento parcial ou integral do Registro de Preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

**3.3.** Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à Detentora requerer a revisão do preço, desde que atendidos os seguintes requisitos:

**a)** comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis; e

**b)** demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que o preço registrado está desatualizado e se tornou inviável.

**3.3.1.** O Tribunal decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

**3.3.2.** Durante o período de análise do pedido, o Tribunal, mediante solicitação da Detentora, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

**3.3.3.** Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no subitem 3.3 desta Cláusula, a Detentora fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do Registro de Preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

**3.3.4.** Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a Detentora não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a Detentora liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

**3.4.** O Registro de Preços também poderá ser revisado se a Detentora formular proposta superveniente para redução do preço registrado. Caso a proposta de redução tenha repercussão na ordem de preferência de itens/grupos espelhados, somente será aceita se houver comunicação às Detentoras dos demais itens/grupos espelhados, facultando-lhes oportunidade de apresentar nova proposta.

**3.5.** Qualquer revisão nos preços registrados será formalizada mediante termo aditivo.

**3.6.** A revisão dos preços registrados nesta Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

#### **DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - CLÁUSULA QUARTA**

**4.1.** A Detentora está obrigada a celebrar as contratações que poderão advir da Ata, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

**4.2.** As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas mediante a assinatura do contrato, respeitado o prazo de vigência desta Ata.

**4.3.** A Detentora será convocada para assinatura do contrato no prazo de **2 (dois) dias úteis** a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

**4.4.** O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da Detentora antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo Tribunal.

**4.5.** O não comparecimento ou a recusa injustificada da Detentora em assinar o contrato no prazo assinalado enseja o cancelamento do Registro de Preços e a aplicação das penalidades previstas no Edital.

**4.5.1.** A instauração do processo de apuração e de aplicação de penalidades compete ao órgão ou entidade interessada na contratação.

**4.6.** Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da Detentora perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitatar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, bem como verificar a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

**4.6.1.** Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a Detentora será notificada para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do Registro de Preços.

**4.7.** Nas hipóteses do subitens 4.5 e 4.6 desta Cláusula, o Tribunal poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º, da Lei n. 14.133/2021.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL - CLÁUSULA QUINTA**

**5.1.** O Tribunal deverá:

a) assinar, gerenciar e fiscalizar esta Ata;

b) divulgar esta Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Diário de Justiça Eletrônico - DJe e no Portal Nacional de Contratações Públicas;



- 
- c) autorizar e gerenciar pedidos de adesão;
  - d) observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos não participantes;
  - e) analisar pedidos de revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;
  - f) instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes desta Ata;
  - g) formalizar a prorrogação do prazo de vigência desta Ata, quando cabível; e
  - h) convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do Registro de Preços.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DA REGISTRO DE PREÇOS - CLÁUSULA SEXTA**

##### **6.1. A Detentora obriga-se a:**

- a) manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência desta Ata;
- b) manter, durante toda a vigência desta Ata e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação;
- c) assinar os contratos decorrentes desta Ata no prazo estabelecido;
- d) prestar as informações solicitadas pelo Tribunal, durante o prazo de vigência desta Ata, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação; e
- e) designar preposto para representá-la perante o Tribunal, sempre que for necessário.

#### **DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - CLÁUSULA SÉTIMA**

##### **7.1. A Detentora dos Preços Registrados terá seu registro cancelado quando:**

- a) descumprir as condições desta Ata;
- b) não assinar o contrato, no prazo estabelecido pelo Tribunal, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir os preços registrados, quando este se tornar superior ao praticado no mercado; e
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

**7.2.** O cancelamento previsto nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b" e "d" do subitem anterior, será formalizado por despacho expedido pelo Ordenador de Despesas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**7.3.** O cancelamento desta Ata poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o seu cumprimento, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido da Detentora.

#### **DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES - CLÁUSULA OITAVA**

##### **8.1. A Detentora desta Ata comete infração quando:**

- a) não assinar o contrato decorrente desta Ata no prazo estabelecido;
- b) recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata; e
- c) recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.

**8.2.** No caso das infrações previstas no subitem anterior será aplicada a penalidade de multa de 5% do valor do contrato.

**8.3.** Além da multa, será aplicável à Detentora desta Ata a penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos seguintes casos e condições:

- a) na infração prevista na alínea "a" do subitem 8.1 desta Cláusula: período de 1 (um) ano;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

**b)** na infração prevista nas alíneas "b" e "c" do subitem 8.1 desta Cláusula: período de 2 (dois) anos, quando ocasionar a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; e

**c)** na infração prevista nas alíneas "b" e "c" do subitem 8.1 desta Cláusula: período de 3 (três) anos, quando ocasionar a inexecução total do contrato.

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - CLÁUSULA NONA**

**9.1.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata.

**9.2.** Os casos omissos serão resolvidos pelas partes em comum acordo, por meio de termo aditivo, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021.

**9.3.** O extrato da presente Ata, bem como do contrato, será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia e no Portal Nacional de Contratações Pública - PNCP.

**DO FORO - CLÁUSULA DÉCIMA**

**10.1.** Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Porto Velho/RO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

**ANEXO III**  
**PREÇOS DE REFERÊNCIA**

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO DE REFERÊNCIA UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)
-	1	Serviço de tradução de textos – idiomas básicos. Tradução e revisão de textos nos idiomas inglês, espanhol, francês ou italiano para a língua portuguesa, ou versão do português para os idiomas citados, realizada por profissionais qualificados, observadas as normas técnicas e boas práticas de tradução.	74,71
1	2	Sistema de interpretação simultânea completo, por tecnologia infravermelho ou tecnologia equivalente. Composto por cabine de tradução simultânea com isolamento acústico ou, quando não houver viabilidade física, sistema portátil compatível, incluindo central de intérpretes, transmissores, emissores (painéis) e receptores de sinal IR, garantindo estabilidade, segurança e qualidade sonora adequadas à execução dos serviços de interpretação simultânea. O fornecimento deverá contemplar operador/técnico de equipamentos e equipe de apoio operacional devidamente dimensionada, responsável pela organização, entrega, orientação de uso e recolhimento dos receptores e headphones, assegurando a fluidez do atendimento aos participantes e o adequado funcionamento do serviço durante o evento.	5.500,00
	3	Locação de headphones para atendimento do serviço de tradução simultânea por evento; receptores sem fio com headphones de tecnologia infravermelho, devendo, a Contratada, disponibilizar de equipe própria para promover a distribuição e o recolhimento dos headphones, bem como ficar responsável pela integridade do material.	36,77
	4	Serviço de tradução consecutiva presencial – idiomas básicos. Prestado por profissionais qualificados nos idiomas inglês, espanhol, francês ou italiano, contemplando a atuação de, no mínimo, 2 (dois) profissionais, em conformidade com as práticas da categoria e a complexidade do serviço.	3.450,00
	5	Serviço de tradução simultânea presencial – idiomas básicos (4 horas). Prestado por profissionais qualificados e experientes nos idiomas inglês, espanhol, francês ou italiano, com atuação em regime de revezamento, contemplando, no mínimo, 2 (dois) profissionais, assegurando a continuidade e a qualidade da interpretação durante o evento.	3.883,33
	6	Serviço de tradução simultânea remota – idiomas básicos. Prestado por profissionais qualificados e com experiência comprovada, nos idiomas inglês, espanhol, francês ou italiano, em regime de revezamento, contemplando, no mínimo, 2 (dois) profissionais, com utilização de plataformas compatíveis com a execução do serviço.	2.850,00
	7	Serviço de tradução simultânea presencial – idiomas básicos (8 horas). Prestado por profissionais qualificados e experientes nos idiomas inglês, espanhol, francês ou italiano, com atuação em regime de revezamento, contemplando, no mínimo, 2 (dois) profissionais, garantindo a qualidade da interpretação durante toda a duração do evento.	4.980,02

Edital redigido, com base no Termo de Referência, por:

Diego Sousa  
Técnico Judiciário  
Seção de Preparação de Contratação/Diaq/Deagesp/SA



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO SOUSA ARAÚJO, Técnico (a) Judiciário**, em 21/05/2026, às 09:29 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **5668739** e o código CRC **D4377118**.





ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Av. Rogério Weber, 1872 - Bairro Centro - CEP 76801-906 - Porto Velho - RO - emerom.tjro.jus.br  
- Conforme Resolução n. 334/2024-TJRO, de 10/12/2024

## TERMO DE REFERÊNCIA Nº 162 / 2025 - SEAC/DICOMAP/DEAD/SGE/DIREMERON/EMERON

2026.PCA.8345

### 1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de tradução/interpretação de idiomas para atender as necessidades da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - EMERON.

### 2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A EMERON promove diversas atividades acadêmicas, cursos, palestras, seminários e eventos que envolvem a participação de magistrados, servidores, estudantes e profissionais de diferentes áreas de diversas partes do país e do mundo. Diante desse contexto, é fundamental garantir a acessibilidade linguística a todos os participantes, proporcionando a compreensão e a participação plena nos eventos realizados pela instituição.

2.2. A contratação de serviços de tradução consecutiva ou simultânea se faz necessária para viabilizar a comunicação entre os participantes que não dominam a língua utilizada no evento, seja ela português, inglês, espanhol ou outra língua estrangeira. Além disso, a disponibilização de equipamentos adequados para a realização das traduções contribui para a qualidade e eficiência do serviço prestado.

2.3. A prestação de serviços de tradução/interpretação contribui para a disseminação do conhecimento jurídico de forma inclusiva e democrática, promovendo a troca de experiências e o enriquecimento do debate jurídico em nosso estado. Ao assegurar que todos os participantes tenham acesso ao mesmo conteúdo, independentemente de suas habilidades linguísticas, a EMERON reafirma seu compromisso com a promoção da igualdade e da justiça.

2.4. Considerando o escopo de atuação da Escola, os serviços a serem contemplados são: tradução de texto, tradução consecutiva e simultânea - nas modalidades presencial e remota - que não poderiam ser executados com recursos materiais e humanos de que dispõe a EMERON. Dessa forma, possibilita-se a prestação de serviços com qualidade, de forma ágil e profissional.

2.5. Em relação à tradução simultânea presencial e remota, tais serviços já foram utilizados anteriormente pela EMERON, de forma pontual, no biênio 2024/2025, mediante a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico n. 90043/2024 – TJRO 4293284, a exemplo dos eventos: Encontro Estadual do Judiciário na área Penal, Processual Penal e Execuções Penais (2024), Congresso Internacional dos Juizados Especiais (2025), Aniversário da Emeron (2025) e Congresso Internacional do DHJUS (2025). A partir dessas experiências e com a crescente internacionalização dos eventos da EMERON no próximo biênio, com a previsão de ministrantes convidados de vários países e línguas, a atual administração entende por necessária a futura contratação via ata de registro de preços.

2.6. A necessidade de traduzir os resumos da Revista da EMERON para outros idiomas pode ser justificada por diversos motivos que visam ampliar a visibilidade e o impacto do periódico, refletindo-se diretamente em uma potencial melhoria de sua classificação no Qualis.

2.7. A tradução dos resumos e artigos para outros idiomas proporciona uma expansão significativa do alcance e da acessibilidade dos periódicos acadêmicos. Ao tornar o conteúdo disponível em diversas línguas, os periódicos podem atender a uma audiência mais ampla, composta por pesquisadores e acadêmicos de diferentes regiões do mundo. Essa iniciativa não apenas facilita a compreensão do conteúdo para aqueles que não dominam o idioma original, mas também promove a colaboração internacional, permitindo que pesquisadores de diferentes culturas e contextos acadêmicos interajam e compartilhem conhecimentos de forma mais eficaz.

2.8. Além disso, a tradução dos resumos e artigos contribui para o aumento do impacto e da citabilidade dos periódicos. Ao disponibilizar o conteúdo em vários idiomas, os periódicos aumentam suas chances de serem encontrados e citados por pesquisadores em todo o mundo, o que pode resultar em uma maior visibilidade e reconhecimento na comunidade acadêmica global. Essa maior exposição pode, por sua vez, fortalecer a reputação do periódico e consolidar sua posição como uma fonte confiável de informação em sua área de atuação.

2.9. A tradução dos resumos e artigos atende às necessidades específicas de autores e leitores internacionais, tornando os periódicos mais acessíveis e inclusivos. Ao oferecer conteúdo em diferentes idiomas, os periódicos demonstram um compromisso com a disseminação global do conhecimento e proporcionam uma experiência mais satisfatória para aqueles que desejam contribuir para a pesquisa ou

acessar informações em seu idioma nativo. Em suma, a tradução para outros idiomas é uma estratégia eficaz para promover a internacionalização e a qualidade dos periódicos acadêmicos.

**2.10.** Por fim, considerando o encerramento da vigência da Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico n. 90043/2024 – TJRO 4293284, cujo objeto trata do "Registro de Preços visando a contratação de empresa para prestação de serviços de tradução e interpretação de idiomas, para atender às necessidades da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia – EMERON", no dia 16 de setembro de 2025, e a manifestação constante no Despacho 8407 (5084420) de não haver interesse na prorrogação da Ata após essa data, faz-se necessário a instrução de uma nova contratação de serviço de tradução simultânea para atender aos eventos desta Escola da Magistratura de Rondônia - EMERON no exercício de 2026.

**2.11.** É certo que as ME/EPP possuem tratamento diferenciado, por força do art. 146, inciso III, alínea “d”, art. 170, inciso IX, e art. 179 da Constituição Federal. No âmbito das licitações, a Lei Complementar n. 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno porte, prevê, a partir do art. 42, no Capítulo que trata do acesso aos mercados, as condições diferenciadoras da participação de empresas classificadas como ME/EPP em certames licitatórios. Contudo, existem exceções das quais podem se valer a Administração, desde que apresente as devidas justificativas, haja vista que o tratamento diferenciado decorre de mandamento constitucional. Assim, o art. 49 da Lei Complementar n. 123/2006 veda a aplicação do tratamento diferenciado previsto nos arts. 47 e 48 quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; ou quando a licitação for dispensável ou inexigível, excetuando-se as dispensas em razão do valor, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente com microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48. Desse modo, cabe registrar que a licitação em comento não se enquadra na disposição contida no art. 48, inciso I, da Lei Complementar n. 123/2006, ou seja, não se trata de licitação cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), restando, portanto, descartada a possibilidade de realização de licitação exclusiva para ME/EPP. No que se trata da divisão em cotas de até 25%, prevista no art. 48. Inciso III, da Lei Complementar n. 123/2006, observa-se que o objeto que se pretende contratar enquadra-se na categoria de “aquisição de bens de natureza divisível”, no entanto, a divisão em cotas poderá comprometer a qualidade da objeto a ser licitado uma vez que poderá existir mais de um fornecedor para o mesmo objeto. Assim, para a Administração não se mostra possível conceder o tratamento diferenciado previsto na legislação em vigor e colocar em risco o sucesso da licitação. No entanto, poderão ser concedidos outros benefícios previstos em lei, como por exemplo o possibilidade de apresentação posterior dos documentos de regularidade fiscal e o critério de desempate, previstos no art. 43, § 1º, e 44 da Lei Complementar 123/2006. Não se desconhece o objetivo da norma que é a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica previsto no art. 47 da Lei Complementar n. 123/2006. Contudo, esta disposição deve ser interpretada à luz da Constituição Federal e da Lei de Licitações. A Constituição Federal prevê expressamente que no processo licitatório deve ser assegurada igualdade de condições a todos os concorrentes, ao passo que a Lei de Licitações dispõe que este se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

**2.12.** As demais informações e justificativas relativas ao objeto deste Termo de Referência encontram-se no Estudo Técnico Preliminar 13 (5213702) acostado aos autos do Processo n. 0002376-89.2025.8.22.8700.

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**3.1.** A contratação será regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011 e do Decreto Federal n. 11.462/2023, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes.

**3.2.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão usufruir do tratamento estabelecido pela Lei Complementar n. 123/2006 e Constituição Federal.

### 4. DO REGIME DE EXECUÇÃO

**4.1.** O objeto deste Termo de Referência será realizado por execução indireta, sob o Regime de Empreitada por Preço Unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei n. 14.133/2021.

### 5. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS

**5.1.** As especificações e quantidades encontram-se registradas no **ANEXO I** deste Termo Referência.

**5.2.** Os valores estimados para o presente Termo de Referência constará de Quadro Demonstrativo de Quantitativos e Valores, elaborado pela Divisão de Aquisições - DIAQ/DEAGESP.

### 6. DOS PREÇOS

**6.1.** Os preços propostos serão aqueles discriminados pela empresa em sua proposta, cotado em reais (R\$), devendo prevalecer, em caso de divergência, o preço unitário sobre o preço total.

**6.2.** Todas as despesas necessárias à perfeita execução do Contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens ou quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados...) devem estar inclusas na proposta apresentada.

### 7. DO PEDIDO DE INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

**7.1.** A empresa convocada no item/grupo, QUANDO NECESSÁRIO, deverá apresentar INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR do objeto ofertado, para verificar se este atende às especificações previstas neste Termo de Referência no prazo de **até 2 (duas) horas** contado a partir da notificação pelo Tribunal.

**7.1.1.** A empresa que não apresentar informação complementar dentro do prazo notificado será desclassificada no item/grupo.

## **8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1.** A despesa decorrente de eventual contratação será coberta por recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

## **9. DA PROPOSTA**

**9.1.** Conforme disposição do Edital.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

**10.1. A empresa deverá apresentar para fins de habilitação:**

**a)** Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que tenha executado diretamente serviço de tradução e revisão de textos para o **Item 1** do **ANEXO I** deste Termo de Referência;

**b)** Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que tenha executado diretamente serviços de tradução/interpretação de idiomas para o **Grupo 1** do **ANEXO I** deste Termo de Referência;

**10.1.1.** A empresa poderá apresentar quantos atestados forem necessários para a comprovação do atendimento quanto as exigências contidas nas alíneas **"a"** e **"b"** do subitem **10.1** deste Termo de Referência.

**10.1.1.1.** O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter informações que identifique o emitente e a qualidade da execução do objeto contratado.

**10.1.2.** Não serão admitidos Atestado(s) de Capacidade Técnica de serviços em andamento.

**10.1.3.** Serão desconsiderados Atestado(s) de Capacidade Técnica que não comprovem a similaridade com o exigido.

**10.1.4.** A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 64, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.

**10.2.** Todos os requisitos de habilitação solicitados objetivam minimamente zelar pela qualidade e complexidade dos serviços a serem prestados, considerando a capacidade operacional e gerencial das empresas e de potencial comprometimento acerca da qualidade ou finalidade almejada na execução do objeto.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO**

### **11.1. Da Ata de Registro de Preços**

**11.1.1.** Homologado o resultado da licitação e respeitada a ordem de classificação, o Tribunal convocará a adjudicatária para que assine digitalmente a Ata de Registro de Preços, conforme disposição do Edital.

**11.1.2** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **1 (um) ano** contado da data da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, havendo a renovação dos quantitativos inicialmente registrados.

**11.1.2.1** A prorrogação da ata de registro de preços fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei n. 14.133/2021.

### **1.2. Do Contrato**

#### **11.2.1. Da assinatura do Contrato**

**11.2.1.1.** A convocação para fornecimento do objeto será feita por meio da emissão e encaminhamento do Contrato à empresa.

**11.2.1.2.** O Tribunal convocará a empresa para assinar eletronicamente o Contrato, dentro do prazo de **2 (dois) dias úteis** contado a partir do primeiro dia útil após sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

**11.2.1.2.1.** Antes da convocação para assinatura do Contrato de que trata o subitem anterior, serão consultados o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, bem como será verificada a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

**11.2.1.2.2.** A recusa injustificada da empresa em assinar o Contrato, notificada nos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas neste Termo.

**11.2.1.2.3.** O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, quando solicitado pela empresa e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal.

**11.2.1.3.** Apenas em função da total impossibilidade da utilização de meio digital, far-se-á a remessa do Contrato por via postal, para assinatura da empresa.

**11.2.1.4.** Na data da assinatura do Contrato, o representante da empresa deverá:

**a)** atualizar todos os documentos apresentados quando da habilitação, se vencidos;

- b) apresentar ao Tribunal, para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do *caput* do art. 4º da Instrução Normativa n. 1.234/2012 - Receita Federal do Brasil, declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da referida Instrução Normativa, conforme o caso, assinada pelo seu representante legal, podendo ser apresentada por meio eletrônico, sem prejuízo de o declarante informar, imediatamente, qualquer alteração na situação declarada; e
- c) indicar formalmente um preposto, apto a representar a empresa junto ao Tribunal, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.

**11.2.1.5.** Na hipótese da não assinatura do Contrato, nos prazos e condições estabelecidos, o Tribunal poderá convocar outra empresa, respeitada a ordem de classificação, para, após, comprovados os requisitos habilitatórios, e feita a negociação, assinar o Contrato, sem prejuízo das penalidades previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

## **11.2.2. Da vigência do Contrato**

**11.2.2.1.** A vigência do Contrato será de **1 (um) ano** contado da data de sua última assinatura pelas partes.

## **11.2.3. Da alteração, do reajuste de preços, da inexecução e da extinção do Contrato**

**11.2.3.1.** O Contrato poderá ser **alterado**, com as devidas justificativas, conforme art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

**11.2.3.2.** A periodicidade para eventual reajuste de preços do Contrato será anual, contando-se a partir da data do orçamento estimado, ou do último reajuste, adotando-se como parâmetro o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

**11.2.3.3.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deverá ser analisado e respondido pelo Tribunal no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** contado a partir da instrução completa do requerimento pela Contratada.

**11.2.3.4.** Observadas as demais disposições constantes no Capítulo VIII, Título III, da Lei n. 14.133/2021, a **extinção** do Contrato:

- a) poderá ser declarada unilateralmente pelo Tribunal, se a Contratada inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 137, incisos I a IX, da Lei n. 14.133/2021, conforme disposto no art. 138 da referida Lei;
- b) poderá ser declarada unilateralmente pelo Tribunal se durante a vigência do Contrato sobrevier em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, bem como atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, conforme Resolução n. 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021; e
- c) poderá ocorrer consensualmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 138, incisos II e III, da referida Lei.

**11.2.3.5.** Se a extinção for unilateral ou consensual, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de extinção, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

## **11.2.4. Da subcontratação**

**11.2.4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto do Contrato.

# **12. DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO**

## **12.1. Do serviço de Tradução de Textos**

**12.1.1.** Consiste na prestação de serviço de tradução e revisão de textos acadêmicos, gerais ou específicos para idiomas diversos, descrito no **Item 1 do ANEXO I** deste Termo de Referência.

**12.1.2.** O serviço deverá ser prestado por profissional capacitado com experiência comprovada e o material deverá ser entregue revisado no prazo acordado entre as partes.

**12.1.3.** A execução de todo e qualquer serviço deverá ser precedida da solicitação formal por meio de **Ordem de Serviço** assinada pelo(a) Gestor(a) e Fiscal do Contrato e será encaminhada à Contratada via e-mail, que conterá, no mínimo: quantidade de laudas, língua a ser traduzida, formato do material a ser entregue e demais informações necessárias à adequada execução do serviço.

**12.1.4.** A confirmação do recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada deverá ser formalizada imediatamente após o envio.

**12.1.5.** Será utilizada a lauda como unidade de medida, definida como 1.250 (mil duzentos e cinquenta) caracteres, incluindo espaços, conforme contagem do programa Microsoft Word ou ferramenta equivalente.

**12.1.5.1.** Nos casos em que o trabalho não atinja uma lauda completa para cada um dos idiomas, será utilizado o arredondamento, quantidade inferior e/ou até metade da lauda, valor de meia lauda.

**12.1.5.2.** Nos casos em que o trabalho atingir a quantidade superior a metade da lauda, será considerado lauda inteira.

**12.1.5.3.** O cálculo do número de laudas será realizado por meio da funcionalidade “Contar Palavras” do processador de textos Microsoft Word ou ferramenta equivalente.

**12.1.6.** A Contratada deverá apresentar currículo dos profissionais sempre que o serviço for demandado.

**12.1.7.** O prazo para entrega do serviço descrito no **Item 1 do ANEXO I** será de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada, salvo ajuste diverso devidamente formalizado.

**12.1.8.** Os documentos traduzidos/versados deverão ser entregues em arquivo eletrônico, nos principais formatos de documentos digitais editáveis, devendo ser encaminhados por correio eletrônico (*emerom.cepep@tjro.jus.br*) e deverá considerar que:

- a) a formatação original, bem como imagens, quadros e tabelas, deverá ser preservada;
- b) o conteúdo deverá conter revisão ortográfica e gramatical, observadas, quando aplicáveis, as normas da ABNT; e
- c) o ônus da conversão de arquivos, quando necessária, será de responsabilidade da Contratada.

**12.1.9.** A frequência da prestação do serviço é variável, uma vez que será executada sob demanda, de acordo com os itens especificados em ordem de serviço, a ser emitida pela EMERON.

## **12.2. Do serviço de Tradução Simultânea/consecutiva - Recursos Humanos**

**12.2.1.** Consiste na prestação de serviço de tradução simultânea ou consecutiva de idiomas diversos por profissional qualificado, conforme descrito no **Grupo 1** do **ANEXO I** deste Termo de Referência.

**12.2.2.** A execução dos serviços será precedida de Ordem de Serviço formal, assinada pelo(a) Gestor(a) e pelo(a) Fiscal do Contrato, encaminhada via e-mail à Contratada com antecedência mínima de:

- a) 10 (dez) dias corridos para eventos com público estimado de até 250 (duzentas e cinquenta) pessoas;
- b) 15 (quinze) dias corridos para eventos com público estimado igual ou superior a 251 (duzentas e cinquenta e uma)

pessoas.

**12.2.3.** A confirmação do recebimento da Ordem de Serviço deverá ser formalizada pela Contratada imediatamente após o envio.

**12.2.4.** O cronograma, o local e as demais condições de execução constarão da Ordem de Serviço.

**12.2.5.** As horas de início e término dos eventos indicadas na Ordem de Serviço possuem caráter estimativo.

**12.2.6.** Para fins de cômputo da jornada de trabalho, será considerada como hora inicial aquela indicada para o início do evento, não sendo descontados eventuais atrasos não imputáveis à Contratada.

**12.2.7.** Os serviços deverão ser prestados na Sede da EMERON, localizada na Avenida Rogério Weber, n. 1872, Centro, Porto Velho/RO, CEP: 76801-030, no Edifício-Sede do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, localizado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330 ou ainda, nas diversas localidades onde o Tribunal esteja realizando seus eventos, localizadas na zona urbana de Porto Velho/RO, salvo determinação em contrário, que será previamente comunicada, inclusive em formato remoto ou híbrido, conforme especificado na Ordem de Serviço.

**12.2.8.** Os profissionais deverão apresentar-se no local determinado com toda infraestrutura e equipe necessária para execução do serviço com antecedência mínima de:

- a) 2 (duas) horas antes do início do evento, para a equipe técnica relacionada aos equipamentos;
- b) 1 (uma) hora antes do início do evento, para os tradutores e intérpretes.

**12.2.8.1.** Em eventos remotos ou híbridos, os profissionais deverão acessar a plataforma indicada com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos.

**12.2.9.** Os períodos de antecedência previstos não serão computados como tempo efetivo de prestação do serviço para fins de pagamento.

**12.2.10.** Os serviços deverão ser prestados por profissionais com experiência comprovada em tradução simultânea ou consecutiva, conforme a natureza do evento.

**12.2.11.** A Contratada deverá apresentar os currículos dos profissionais sempre que o serviço for demandado.

**12.2.12.** O profissional contratado será responsável por traduzir palestras, videoconferências, acompanhar entrevistas, reuniões ou visitas e fazer interlocução em diálogos com autoridades, palestrantes e convidados internacionais.

**12.2.13.** Os profissionais contratados deverão observar protocolo de conduta compatível com o ambiente institucional, atuando com presteza, polidez e cortesia em quaisquer circunstâncias. Deverão apresentar-se com vestimenta social clássica, sóbria e discreta, preferencialmente em cores neutras e escuras, como preto ou cinza escuro. Não será permitido o uso de roupas com cores ou estampas chamativas, transparências, vestimentas excessivamente justas, decotes acentuados ou uso exagerado de acessórios.

**12.2.14.** A Contratada, por iniciativa própria ou por reclamação devidamente fundamentada do Tribunal, deverá providenciar a substituição de profissionais que não estejam correspondendo às necessidades da organização do evento imediatamente após a notificação do Tribunal.

## **12.3. Do serviço de Tradução Simultânea - Equipamentos**

**12.3.1.** Os equipamentos deverão ser instalados no local do evento com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quando aplicável, para realização de testes e ajustes técnicos.

**12.3.2.** A Contratada deverá fornecer equipamentos próprios e adequados à prestação do serviço de tradução simultânea por tecnologia de transmissão por infravermelho, com, no mínimo, as seguintes características:

a) cabine de tradução simultânea com isolamento acústico ou, quando inviável fisicamente, sistema portátil equivalente;

b) central de intérpretes, sistema de captação de áudio, transmissores IR, emissores (painéis) IR e receptores IR;

c) garantia de transmissão de áudio com qualidade, estabilidade e ausência de interferências externas;

d) receptores auriculares sem fio, compatíveis com o sistema infravermelho, acompanhados de *headphones* individuais, devidamente higienizados;

e) infraestrutura técnica compatível com o porte e as características do evento, como suportes para instalação dos painéis emissores de IR distribuídos pelo local do evento que atenda capacidade mínima de 150m<sup>2</sup> e 300m<sup>2</sup> correspondentes aos auditórios da Escola da Magistratura de Rondônia e auditório do Tribunal de Justiça de Rondônia, respectivamente, sem interferências.

**12.3.2.1.** Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, equipamentos ou sistemas baseados em tecnologia diversa da transmissão por infravermelho, tais como rádio frequência (RF), Wi-Fi, plataformas web, aplicativos ou quaisquer outras soluções que não atendam

integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

**12.3.3.** A locação dos equipamentos deverá prever a disponibilização de equipe técnica especializada, em quantitativo compatível com o porte do evento, para instalação, operação e suporte durante toda a execução do serviço.

**12.3.4.** A Contratada será responsável pela guarda, instalação, operação, distribuição e recolhimento de todos os equipamentos e receptores, devendo disponibilizar recepcionistas para atuar na entrega e recolhimento dos *headphones*.

**12.3.4.1.** Para fins de controle, distribuição e recolhimento dos receptores e *headphones* utilizados no serviço de tradução simultânea, a Contratada deverá aceitar, como forma de identificação dos participantes, a apresentação de documentos oficiais de identificação, em meio físico ou digital, incluindo, entre outros, aqueles disponibilizados por aplicativos oficiais de órgãos públicos, tais como Carteira Nacional de Habilitação Digital (CNH Digital), Documento Nacional de Identidade (Carteira de Identidade Digital) ou documento funcional institucional, quando aplicável.

**12.3.4.2.** Caso o participante não possa retirar o *headphones* pessoalmente, será admitida a retirada por representante designado, mediante apresentação de documento oficial de identificação do participante e do representante, em formato físico ou digital, desde que seja possível a identificação inequívoca de ambos.

**12.3.4.3.** A aceitação de documentos em meio digital não poderá ser recusada pela Contratada, desde que o documento apresentado seja oficial, válido e permita a identificação inequívoca do usuário, ficando vedada a exigência exclusiva de documento em formato físico.

**12.3.4.4.** Os procedimentos adotados para identificação, entrega e recolhimento dos equipamentos deverão observar critérios de razoabilidade, agilidade e urbanidade, não podendo gerar constrangimento aos participantes nem comprometer o fluxo regular do evento.

**12.3.5.** A equipe técnica deverá permanecer no local durante toda a execução do serviço.

**12.3.6.** Qualquer equipamento que apresente defeito deverá ser substituído imediatamente, sem ônus adicional para a Contratante.

**12.3.7.** A montagem, desmontagem e transporte dos equipamentos deverão ocorrer, preferencialmente, em dias úteis, salvo necessidade devidamente justificada.

**12.3.8.** A Contratada deverá aditar, à ordem de serviço original, o acréscimo de itens previstos neste Termo de Referência, a qualquer tempo, inclusive durante a realização do evento, sempre que solicitado por escrito pelo Tribunal. No caso de não atendimento das solicitações feitas durante a realização do evento, a Contratada deverá apresentar justificativa, por escrito, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** a contar do encerramento do evento.

### 13. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL

**13.1.** Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Termo de Referência.

**13.2.** Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir com o objeto do Contrato.

**13.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

### 14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**14.1.** Executar o objeto deste Termo de Referência, nos termos propostos, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, utilizando equipamentos de primeira qualidade, sob pena de responsabilidade pelo seu descumprimento parcial ou total.

**14.2.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte do Tribunal, conforme art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

**14.3.** Responder pelos danos causados diretamente ao Tribunal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Tribunal, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

**14.4.** Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, de acordo com o art. 92, inciso XVI, da Lei n. 14.133/2021.

**14.5.** Executar diretamente o objeto do Contrato, vedada a subcontratação parcial ou total.

**14.6.** Garantir a qualidade do objeto da licitação, respondendo, na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução contratual.

**14.7.** Responsabilizar-se pelas obrigações, vícios e danos decorrentes do objeto deste Termo de Referência de acordo com a Lei n. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, no que lhe couber.

**14.8.** Coibir atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a identidade de gênero, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

**14.9.** Prestar esclarecimentos, sempre que necessário, sobre a plataforma, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento do serviço.

**14.10.** Substituir, sempre que exigido pelo Tribunal e independentemente de justificativa, qualquer profissional cuja atuação, permanência ou comportamento seja considerado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório, que se apresente para o serviço fora dos padrões exigidos ou que seja considerado tecnicamente inapto.

**14.11.** Responsabilizar-se pela coordenação eficiente e proativa de seus colaboradores e de todos os demais recursos disponíveis, durante a realização dos eventos.



- 14.12.** Responsabilizar-se pelo transporte de recursos humanos e materiais para o local do evento, bem como pelo transporte daqueles recursos de volta às respectivas origens.
- 14.13.** Responsabilizar-se pelos custos de transporte, montagem e desmontagem de estruturas e/ou equipamentos, por ocasião de mudança de local de realização dos eventos.
- 14.14.** Responsabilizar-se pela desmontagem de estruturas e/ou equipamentos e de quaisquer outros materiais.
- 14.15.** Abster-se de veiculação de publicidade em relação ao Contrato assinado com o Tribunal e à execução do objeto deste Termo de Referência.
- 14.16.** Manter disciplina e ética profissional, nos locais da prestação do serviço, durante a execução do objeto deste Termo de Referência.
- 14.17.** Manter, por seus representantes ou prepostos, sigilo quanto aos trabalhos executados e elementos utilizados, bem como comunicar ao Tribunal qualquer alteração superveniente.
- 14.18.** Abster-se, durante a vigência do Contrato, de contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Tribunal ou de agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato.

## 15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA E DO CONTRATO

**15.1.** Conforme art. 117 da Lei n. 14.133/2021 e Instrução n. 146/2024 do Tribunal, a Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente dela, serão acompanhados e fiscalizados pelos(as) seguintes servidores(as):

- a) Gestor(a) da Ata: Evanice Cunha da Silva**, e-mail: *emeron.dead@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6454;
- b) Gestor(a) da Ata Substituto(a): Cíntia Mendes Cabral**, e-mail: *emeron.dead@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6489;
- c) Gestor(a) do Contrato relativo ao Item 1: Bruna Livia Timbó de Araújo Balthazar**, e-mail: *brunalivia@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6450;
- d) Gestor(a) do Contrato Substituto(a) relativo ao Item 1: Evanice Cunha da Silva**, e-mail: *emeron.dead@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6454;
- e) Fiscal Técnico do Contrato relativo ao Item 1: Jean Carlos Silva dos Santos**, e-mail: *jean@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6451;
- f) Fiscal Técnico do Contrato Substituto(a) relativo ao Item 1: Rodolfo Texeira Fernandes**, e-mail: *rodolfofernandes@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6487;
- g) Gestor(a) do Contrato relativo ao Grupo 1: Larissa Zuim Matarésio**, e-mail: *larissa.zuim@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6447;
- h) Gestor(a) do Contrato Substituto(a) relativo ao Grupo 1: Evanice Cunha da Silva**, e-mail: *emeron.dead@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6454;
- i) Fiscal Técnico do Contrato relativo ao Grupo 1: Ruan Gabriel do Nascimento Silva**, e-mail: *ruan.nascimento@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6468; e
- j) Fiscal Técnico do Contrato Substituto(a) relativo ao Grupo 1: Diêgo Holanda Oliveira Duarte**, e-mail: *diegoholanda@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6446.

**15.2.** Os(As) Gestores(as) da Ata e do Contrato e os(as) Fiscais Técnicos(as) do Contrato e seus(uas) substitutos(as) poderão ser localizados(as) na Sede da EMERON, situada na Rua Rogério Weber, n. 1872, Centro, Porto Velho/RO, CEP: 76801-906.

**15.3.** As atribuições e competências de gestores e fiscais encontram-se na Instrução n. n. 146/2024 do Tribunal.

### 15.4. Rotinas de Fiscalização Contratual

- 15.4.1.** O(A) Fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 15.4.2.** O(A) Fiscal do Contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 15.4.3.** As comunicações entre o Tribunal e a Contratada devem ser realizadas por escrito.
- 15.4.4.** O Tribunal poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 15.4.5.** Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o Tribunal convocará o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação dos termos contratuais, obrigações, mecanismos de fiscalização, estratégias para execução do objeto, método de aferição dos resultados, dentre outros.
- 15.4.6.** Antes do pagamento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, será consultada a situação da Contratada junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- 15.4.7.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito - CND relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 15.4.8.** Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, conforme art. 121 da Lei n. 14.133/2021.
- 15.4.9.** A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao Tribunal a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do Contrato (Lei n. 14.133/2021, art. 121, § 1º).

## 16. DAS PENALIDADES

**16.1.** Havendo recusa da empresa vencedora em assinar a ata de registro de preços e/ou o Contrato, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o seu respectivo valor total, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados ao Tribunal.

**16.1.1.** O prazo para recolhimento da multa e/ou do ressarcimento por eventuais perdas ou prejuízos será de **até 30 (trinta) dias corridos** contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento de notificação pela empresa.

**16.2.** O atraso injustificado **para a prestação dos serviços de tradução de textos**, conforme disposição contida no subitem **12.1.7** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço correspondente, a cada dia de atraso, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia útil após o término do prazo final. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido, poderá cumprir-se o disposto no subitem **16.6** deste Termo.

**16.3.** O atraso injustificado **para a prestação dos serviços de tradução simultânea ou consecutiva, presenciais ou remotos, bem como na disponibilização de equipamentos**, conforme disposições dos subitens **12.2.2, 12.2.8, 12.2.15 e/ou 12.3.1** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço correspondente, a cada hora de atraso, contada a partir da primeira hora imediatamente posterior a hora determinada para o início da prestação do serviço. A partir da 3ª (terceira) hora corrida poderá cumprir-se o disposto no subitem **16.6** deste Termo.

**16.4.** A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução do objeto deste Termo de Referência, nos casos previstos nos arts. 107, 108 e 111 da Lei n. 14.133/2021, deverá, **até o vencimento do respectivo prazo**, apresentar justificativa por escrito e de forma digital ao(à) Gestor(a) do Contrato (*emeron.ascom@tjro.jus.br* e/ou *emeron.dead@tjro.jus.br*), **juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados**, ficando a critério do Tribunal a sua aceitação.

**16.5.** Vencido o prazo estipulado, o Tribunal oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data e/ou hora limite para a execução. A partir da data e/ou hora limite, considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem **16.7** deste Termo de Referência.

**16.6.** Pelo descumprimento parcial do compromisso pela Contratada, o Tribunal poderá extinguir o Contrato e/ou aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o seu respectivo valor total.

**16.7.** Pelo descumprimento total do compromisso pela Contratada, o Tribunal poderá extinguir o Contrato e/ou aplicar multa de 15% (quinze por cento) sobre o seu respectivo valor total.

**16.8.** As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

**16.9.** As multas devidas bem como os prejuízos causados ao Tribunal não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da lei e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**16.10.** A Contratada inadimplente, quando não tiver valores a receber do Tribunal, terá o prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

**16.11.** A aplicação de multa e/ou a extinção do Contrato não impede que o Tribunal aplique à empresa as demais sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 (advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) e serão precedidas de processo administrativo mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

**16.12.** Cautelarmente, o Tribunal poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

## 17. DO FATURAMENTO

**17.1.** A Contratada deverá emitir a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU**, CNPJ n. **10.466.386/0001-85**. Endereço: Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

**17.1.1.** Nas operações de saída de mercadoria ou de prestação de serviço sujeita à incidência de ICMS, a Contratada deverá consignar, no campo de informações gerais da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ n. 04.801.221/0001-10), em atendimento à Lei Estadual n. 3.490/2014.

## 18. DO PAGAMENTO

**18.1.** O pagamento será efetuado **em 9 (nove) dias úteis**, caso o **valor total estimado do Contrato** seja igual ou inferior àquele constante no art. 75, inciso II, atualizado conforme disposição contida no art. 182 da Lei n. 14.133/2021, e, acima deste valor, **em 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, conforme Item **17** deste Termo de Referência, desde que o objeto do Contrato tenha sido executado.

**18.1.1.** Nos casos de apresentação de nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em desacordo ao contratado ou com irregularidades, ausência da documentação necessária ao pagamento, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para o pagamento será interrompido, retirando-se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente do sistema de Ordem Cronológica de Pagamentos, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não implicando qualquer ônus para o Tribunal. Após a regularização das falhas e omissões, o crédito excluído será reinserido na Ordem Cronológica de Pagamentos, reiniciando-se a contagem do prazo, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.

**18.2.** O pagamento será efetuado mediante **crédito** na conta corrente indicada pela Contratada em sua proposta.

**18.3.** Haverá retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente destacar os valores correspondentes com ISSQN e/ou IRRF.

**18.4.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**18.5.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Tribunal, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão calculados por meio da aplicação da fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , e quitados mediante apresentação de nota fiscal própria ou documento de cobrança equivalente, onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso;

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$	$I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$
-------------	-------------------	------------------

Onde **i** = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

## 19. DA SUSTENTABILIDADE

**19.1.** A contratação não necessita de definição de critérios de sustentabilidade e eventuais exigências constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª Edição, da Advocacia Geral da União - AGU, visto que trata-se da contratação de objeto sem impacto relevante ao meio ambiente.

## 20. DA PROTEÇÃO DE DADOS

**20.1.** Em atendimento ao estabelecido na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e na Resolução n. 363/2021 do CNJ, e ainda, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, as partes se comprometem a cumprir todas as obrigações estipuladas na LGPD e demais legislações aplicáveis no que se refere às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto do Contrato, zelando pelos direitos e garantias fundamentais envolvidos, inclusive sobre a confidencialidade das informações.

## 21. DOS ANEXOS

**21.1.** São partes integrantes do presente Termo de Referência:

a) **ANEXO I - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES.**

De acordo:

**GISELE FERNANDES RODRIGUES**

Secretária-Geral da EMERON

**EVANICE CUNHA DA SILVA BATISTA**

Diretora do DEAD/SGE/EMERON

Gestor(a) da Ata

## ANEXO I DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

Grupo	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
-	1	Serviço de tradução de textos – idiomas básicos. Tradução e revisão de textos nos idiomas inglês, espanhol, francês ou italiano para a língua portuguesa, ou versão do português para os idiomas citados, realizada por profissionais qualificados, observadas as normas técnicas e boas práticas de tradução.	Lauda de 1.250 caracteres	500		
1	2	Sistema de interpretação simultânea completo, por tecnologia infravermelho ou tecnologia equivalente.  Composto por cabine de tradução simultânea com isolamento acústico ou, quando não houver viabilidade física, sistema portátil compatível, incluindo central de intérpretes, transmissores, emissores (painéis) e receptores de sinal IR, garantindo estabilidade, segurança e qualidade sonora adequadas à execução dos serviços de interpretação simultânea. O fornecimento deverá contemplar operador/técnico de equipamentos e equipe de apoio operacional devidamente dimensionada, responsável pela organização, entrega, orientação de uso e recolhimento dos receptores e <i>headphones</i> , assegurando a fluidez do atendimento aos participantes e o adequado funcionamento do serviço durante o evento.	Diária de 24 horas	18		
	3	Locação de <i>headphones</i> para atendimento do serviço de tradução simultânea por evento; receptores sem fio com <i>headphones</i> de tecnologia infravermelho, devendo, a Contratada, disponibilizar de equipe própria para promover a distribuição e o recolhimento dos <i>headphones</i> , bem como ficar responsável pela integridade do material.	Diária de 24 horas	3.600		
	4	Serviço de tradução consecutiva presencial – idiomas básicos.  Prestado por profissionais qualificados nos idiomas inglês, espanhol, francês ou italiano, contemplando a atuação de, no mínimo, 2 (dois) profissionais, em conformidade com as práticas da categoria e a complexidade do serviço.	Diária de 4 horas	12		
	5	Serviço de tradução simultânea presencial – idiomas básicos (4 horas).  Prestado por profissionais qualificados e experientes nos idiomas inglês, espanhol, francês ou italiano, com atuação em regime de revezamento, contemplando, no mínimo, 2 (dois) profissionais, assegurando a continuidade e a	Diária de 4 horas	12		

		<b>qualidade da interpretação durante o evento.</b>				
	6	<b>Serviço de tradução simultânea remota – idiomas básicos.</b>  <b>Prestado por profissionais qualificados e com experiência comprovada, nos idiomas inglês, espanhol, francês ou italiano, em regime de revezamento, contemplando, no mínimo, 2 (dois) profissionais, com utilização de plataformas compatíveis com a execução do serviço.</b>	<b>Diária de 4 horas</b>	<b>12</b>		
	7	<b>Serviço de tradução simultânea presencial – idiomas básicos (8 horas).</b>  <b>Prestado por profissionais qualificados e experientes nos idiomas inglês, espanhol, francês ou italiano, com atuação em regime de revezamento, contemplando, no mínimo, 2 (dois) profissionais, garantindo a qualidade da interpretação durante toda a duração do evento.</b>	<b>Diária de 8 horas</b>	<b>12</b>		
	<b>TOTAL DOS ITENS (R\$)</b>					



Documento assinado eletronicamente por **EVANICE CUNHA DA SILVA, Diretor (a) de Departamento**, em 19/05/2026, às 10:47 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CÍNTIA MENDES CABRAL, Diretor (a) de Divisão**, em 19/05/2026, às 11:01 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA ZUIM MATARELIO, Assessor (a) de Comunicação**, em 19/05/2026, às 13:55 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RUAN GABRIEL DO NASCIMENTO SILVA, Assessor (a) de Comunicação**, em 19/05/2026, às 14:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **GISELE FERNANDES RODRIGUES, Secretário(a)-Geral da Emeron**, em 20/05/2026, às 07:29 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNA LIVIA TIMBO DE ARAUJO BALTHAZAR, Coordenador (a) IV**, em 20/05/2026, às 11:12 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **5214825** e o código CRC **8F7C70D3**.



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Av. Rogério Weber, 1872 - Bairro Centro - CEP 76801-906 - Porto Velho - RO - emerontjro.jus.br

## MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA E \_\_\_\_\_.**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - TJRO**, com recursos do Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciário - FUJU, CNPJ n. 10.466.386/0001-85, sediado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-330, neste ato representado pelo Vice-Diretor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia – EMERON/TJRO, Juiz de Direito **CRISTIANO MAZZINI**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, por outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n. \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato por \_\_\_\_\_, celebram o presente Contrato na melhor forma de direito, em conformidade com a Lei Federal n. 14.133/2021, com a Lei Complementar n. 123/2006, e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011 e do Decreto Federal n. 11.462/2023, decorrente de procedimento licitatório conforme o Edital 038/2026 - Pregão Eletrônico, tipo **menor preço**, doravante denominado simplesmente **EDITAL**, autorizado pelo **Processo Administrativo n.0002376-89.2025.8.22.8700**, o fazendo mediante as Cláusulas e condições a seguir:

### DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA

- 1.1. Prestação de serviços de tradução/interpretação de idiomas para atender as necessidades da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - EMERON, conforme as disposições do EDITAL e seus Anexos.
- 1.2. Integram este Contrato o EDITAL e seus Anexos, a Proposta da CONTRATADA e a Nota de Empenho \_\_\_\_\_, constantes no referido Processo Administrativo.

### DA EXECUÇÃO DO OBJETO - CLÁUSULA SEGUNDA

#### 2.1. DO SERVIÇO DE TRADUÇÃO DE TEXTOS

- 2.1.1. Consiste na prestação de serviço de tradução e revisão de textos acadêmicos, gerais ou específicos para idiomas diversos, descrito no **Item 1** do **ANEXO I** do Termo de Referência.
- 2.1.2. O serviço deverá ser prestado por profissional capacitado com experiência comprovada e o material deverá ser entregue revisado no prazo acordado entre as partes.
- 2.1.3. A execução de todo e qualquer serviço deverá ser precedida da solicitação formal por meio de **Ordem de Serviço** assinada pelo(a) Gestor(a) e Fiscal do Contrato e será encaminhada à Contratada via e-mail, que conterá, no mínimo: quantidade de laudas, língua a ser traduzida, formato do material a ser entregue e demais informações necessárias à adequada execução do serviço.
- 2.1.4. A confirmação do recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada deverá ser formalizada imediatamente após o envio.
- 2.1.5. Será utilizada a lauda como unidade de medida, definida como 1.250 (mil duzentos e cinquenta) caracteres, incluindo espaços, conforme contagem do programa Microsoft Word ou ferramenta equivalente.



**2.1.5.1.** Nos casos em que o trabalho não atinja uma lauda completa para cada um dos idiomas, será utilizado o arredondamento, quantidade inferior e/ou até metade da lauda, valor de meia lauda.

**2.1.5.2.** Nos casos em que o trabalho atingir a quantidade superior a metade da lauda, será considerado lauda inteira.

**2.1.5.3.** O cálculo do número de laudas será realizado por meio da funcionalidade “Contar Palavras” do processador de textos Microsoft Word ou ferramenta equivalente.

**2.1.6.** A Contratada deverá apresentar currículo dos profissionais sempre que o serviço for demandado.

**2.1.7.** O prazo para entrega do serviço descrito no **Item 1 do ANEXO I** será de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada, salvo ajuste diverso devidamente formalizado.

**2.1.8.** Os documentos traduzidos/versados deverão ser entregues em arquivo eletrônico, nos principais formatos de documentos digitais editáveis, devendo ser encaminhados por correio eletrônico (*emeron.cepep@tjro.jus.br*) e deverá considerar que:

- a) a formatação original, bem como imagens, quadros e tabelas, deverá ser preservada;
- b) o conteúdo deverá conter revisão ortográfica e gramatical, observadas, quando aplicáveis, as normas da ABNT; e
- c) o ônus da conversão de arquivos, quando necessária, será de responsabilidade da Contratada.

**2.1.9.** A frequência da prestação do serviço é variável, uma vez que será executada sob demanda, de acordo com os itens especificados em ordem de serviço, a ser emitida pela EMERON.

## **2.2. DO SERVIÇO DE TRADUÇÃO SIMULTÂNEA/CONSECUTIVA - RECURSOS HUMANOS**

**2.2.1.** Consiste na prestação de serviço de tradução simultânea ou consecutiva de idiomas diversos por profissional qualificado, conforme descrito no **Grupo 1 do ANEXO I** do Termo de Referência.

**2.2.2.** A execução dos serviços será precedida de Ordem de Serviço formal, assinada pelo(a) Gestor(a) e pelo(a) Fiscal do Contrato, encaminhada via e-mail à Contratada com antecedência mínima de:

- a) 10 (dez) dias corridos para eventos com público estimado de até 250 (duzentas e cinquenta) pessoas;
- b) 15 (quinze) dias corridos para eventos com público estimado igual ou superior a 251 (duzentas e cinquenta e uma) pessoas.

**2.2.3.** A confirmação do recebimento da Ordem de Serviço deverá ser formalizada pela Contratada imediatamente após o envio.

**2.2.4.** O cronograma, o local e as demais condições de execução constarão da Ordem de Serviço.

**2.2.5.** As horas de início e término dos eventos indicadas na Ordem de Serviço possuem caráter estimativo.

**2.2.6.** Para fins de cômputo da jornada de trabalho, será considerada como hora inicial aquela indicada para o início do evento, não sendo descontados eventuais atrasos não imputáveis à Contratada.

**2.2.7.** Os serviços deverão ser prestados na Sede da EMERON, localizada na Avenida Rogério Weber, n. 1872, Centro, Porto Velho/RO, CEP: 76801-030, no Edifício-Sede do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, localizado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330 ou ainda, nas diversas localidades onde o Tribunal esteja realizando seus eventos, localizadas na zona urbana de Porto Velho/RO, salvo determinação em contrário, que será previamente comunicada, inclusive em formato remoto ou híbrido, conforme especificado na Ordem de Serviço.

**2.2.8.** Os profissionais deverão apresentar-se no local determinado com toda infraestrutura e equipe necessária para execução do serviço com antecedência mínima de:

- a) 2 (duas) horas antes do início do evento, para a equipe técnica relacionada aos equipamentos;
- b) 1 (uma) hora antes do início do evento, para os tradutores e intérpretes.

**2.2.8.1.** Em eventos remotos ou híbridos, os profissionais deverão acessar a plataforma indicada com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos.

**2.2.9.** Os períodos de antecedência previstos não serão computados como tempo efetivo de prestação do serviço para fins de pagamento.

**2.2.10.** Os serviços deverão ser prestados por profissionais com experiência comprovada em tradução simultânea ou consecutiva, conforme a natureza do evento.

**2.2.11.** A Contratada deverá apresentar os currículos dos profissionais sempre que o serviço for demandado.

**2.2.12.** O profissional contratado será responsável por traduzir palestras, videoconferências, acompanhar entrevistas, reuniões ou visitas e fazer interlocução em diálogos com autoridades, palestrantes e convidados

internacionais.

**2.2.13.** Os profissionais contratados deverão observar protocolo de conduta compatível com o ambiente institucional, atuando com presteza, polidez e cortesia em quaisquer circunstâncias. Deverão apresentar-se com vestimenta social clássica, sóbria e discreta, preferencialmente em cores neutras e escuras, como preto ou cinza escuro. Não será permitido o uso de roupas com cores ou estampas chamativas, transparências, vestimentas excessivamente justas, decotes acentuados ou uso exagerado de acessórios.

**2.2.14.** A Contratada, por iniciativa própria ou por reclamação devidamente fundamentada do Tribunal, deverá providenciar a substituição de profissionais que não estejam correspondendo às necessidades da organização do evento imediatamente após a notificação do Tribunal.

## **2.3. DO SERVIÇO DE TRADUÇÃO SIMULTÂNEA - EQUIPAMENTOS**

**2.3.1.** Os equipamentos deverão ser instalados no local do evento com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quando aplicável, para realização de testes e ajustes técnicos.

**2.3.2.** A Contratada deverá fornecer equipamentos próprios e adequados à prestação do serviço de tradução simultânea por tecnologia de transmissão por infravermelho, com, no mínimo, as seguintes características:

a) cabine de tradução simultânea com isolamento acústico ou, quando inviável fisicamente, sistema portátil equivalente;

b) central de intérpretes, sistema de captação de áudio, transmissores IR, emissores (painéis) IR e receptores IR;

c) garantia de transmissão de áudio com qualidade, estabilidade e ausência de interferências externas;

d) receptores auriculares sem fio, compatíveis com o sistema infravermelho, acompanhados de *headphones* individuais, devidamente higienizados;

e) infraestrutura técnica compatível com o porte e as características do evento, como suportes para instalação dos painéis emissores de IR distribuídos pelo local do evento que atenda capacidade mínima de 150m<sup>2</sup> e 300m<sup>2</sup> correspondentes aos auditórios da Escola da Magistratura de Rondônia e auditório do Tribunal de Justiça de Rondônia, respectivamente, sem interferências.

**2.3.2.1.** Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, equipamentos ou sistemas baseados em tecnologia diversa da transmissão por infravermelho, tais como rádio frequência (RF), Wi-Fi, plataformas web, aplicativos ou quaisquer outras soluções que não atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

**2.3.3.** A locação dos equipamentos deverá prever a disponibilização de equipe técnica especializada, em quantitativo compatível com o porte do evento, para instalação, operação e suporte durante toda a execução do serviço.

**2.3.4.** A Contratada será responsável pela guarda, instalação, operação, distribuição e recolhimento de todos os equipamentos e receptores, devendo disponibilizar recepcionistas para atuar na entrega e recolhimento dos *headphones*.

**2.3.4.1.** Para fins de controle, distribuição e recolhimento dos receptores e *headphones* utilizados no serviço de tradução simultânea, a Contratada deverá aceitar, como forma de identificação dos participantes, a apresentação de documentos oficiais de identificação, em meio físico ou digital, incluindo, entre outros, aqueles disponibilizados por aplicativos oficiais de órgãos públicos, tais como Carteira Nacional de Habilitação Digital (CNH Digital), Documento Nacional de Identidade (Carteira de Identidade Digital) ou documento funcional institucional, quando aplicável.

**2.3.4.2.** Caso o participante não possa retirar o *headphones* pessoalmente, será admitida a retirada por representante designado, mediante apresentação de documento oficial de identificação do participante e do representante, em formato físico ou digital, desde que seja possível a identificação inequívoca de ambos.

**2.3.4.3.** A aceitação de documentos em meio digital não poderá ser recusada pela Contratada, desde que o documento apresentado seja oficial, válido e permita a identificação inequívoca do usuário, ficando vedada a exigência exclusiva de documento em formato físico.

**2.3.4.4.** Os procedimentos adotados para identificação, entrega e recolhimento dos equipamentos deverão observar critérios de razoabilidade, agilidade e urbanidade, não podendo gerar constrangimento aos participantes nem comprometer o fluxo regular do evento.

**2.3.5.** A equipe técnica deverá permanecer no local durante toda a execução do serviço.

**2.3.6.** Qualquer equipamento que apresente defeito deverá ser substituído imediatamente, sem ônus adicional para a Contratante.

**2.3.7.** A montagem, desmontagem e transporte dos equipamentos deverão ocorrer, preferencialmente, em dias úteis, salvo necessidade devidamente justificada.

**2.3.8.** A Contratada deverá aditar, à ordem de serviço original, o acréscimo de itens previstos neste Termo de Referência, a qualquer tempo, inclusive durante a realização do evento, sempre que solicitado por escrito pelo Tribunal. No caso de não atendimento das solicitações feitas durante a realização do evento, a Contratada deverá apresentar justificativa, por escrito, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** a contar do encerramento do evento.

## DO REGIME DE EXECUÇÃO - CLÁUSULA TERCEIRA

**3.1.** O objeto deste Contrato será realizado por execução indireta, sob o Regime de Empreitada por Preço Unitário, nos termos art. 6º, inciso XXVIII, da Lei n. 14.133/2021.

## DO PRAZO DE VIGÊNCIA - CLÁUSULA QUARTA

**4.1.** A vigência deste Contrato será de **1 (um) ano** contado da data de sua última assinatura pelas partes.

## DO VALOR E DO REAJUSTE - CLÁUSULA QUINTA

**5.1.** O valor total estimado deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_).

**5.2.** A periodicidade para eventual reajuste de preços deste Contrato será anual, contando-se a partir da data do orçamento estimado, ou do último reajuste, adotando-se como parâmetro o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

## DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CLÁUSULA SEXTA

**6.1.** As despesas decorrentes deste Contrato serão cobertas por recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

## DO FATURAMENTO - CLÁUSULA SÉTIMA

**7.1.** A Contratada deverá emitir a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, CNPJ n. 10.466.386/0001-85**. Endereço: Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

**7.1.1.** Nas operações de saída de mercadoria ou de prestação de serviço sujeita à incidência de ICMS, a Contratada deverá consignar, no campo de informações gerais da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ n. 04.801.221/0001-10), em atendimento à Lei Estadual n. 3.490/2014.

## DO PAGAMENTO - CLÁUSULA OITAVA

**8.1.** O pagamento será efetuado em **9 (nove) dias úteis**, caso o **valor total estimado deste Contrato** seja igual ou inferior àquele constante no art. 75, inciso II, atualizado conforme disposição contida no art. 182 da Lei n. 14.133/2021, e, acima deste valor, **em 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, conforme Item Cláusula Sétima deste Contrato, desde que o objeto tenha sido executado.

**8.1.1.** Nos casos de apresentação de nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em desacordo ao contratado ou com irregularidades, ausência da documentação necessária ao pagamento, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para o pagamento será interrompido, retirando-se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente do sistema de Ordem Cronológica de Pagamentos, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não implicando qualquer ônus para o Tribunal. Após a regularização das falhas e omissões, o crédito excluído será reinserido na Ordem Cronológica de Pagamentos, reiniciando-se a contagem do prazo, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.

**8.2.** O pagamento será efetuado mediante **crédito** na conta corrente indicada pela CONTRATADA em sua proposta.

**8.3.** Haverá retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente destacar os valores correspondentes com ISSQN e/ou IRRF.

**8.4.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8.5.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão calculados por meio da aplicação da fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , e quitados mediante apresentação de nota fiscal própria ou documento de cobrança equivalente, onde:

**EM** = Encargos Moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso;

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$	$I = (6/100) / 365$	$I = 0,00016438$
-------------	---------------------	------------------

Onde **i** = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

## **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - CLÁUSULA NONA**

**9.1.** Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Contrato.

**9.2.** Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir com o objeto deste Contrato.

**9.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

## **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - CLÁUSULA DÉCIMA**

**10.1.** Executar o objeto deste Contrato, nos termos propostos, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, utilizando equipamentos de primeira qualidade, sob pena de responsabilidade pelo seu descumprimento parcial ou total.

**10.2.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte do CONTRATANTE, conforme art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

**10.3.** Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

**10.4.** Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, de acordo com o art. 92, inciso XVI, da Lei n. 14.133/2021.

**10.5.** Executar diretamente o objeto deste Contrato, vedada a subcontratação parcial ou total.

**10.6.** Garantir a qualidade do objeto da licitação, respondendo, na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução contratual.

**10.7.** Responsabilizar-se pelas obrigações, vícios e danos decorrentes do objeto deste Contrato de acordo com a Lei n. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, no que lhe couber.

**10.8.** Coibir atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a identidade de gênero, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

**10.9.** Prestar esclarecimentos, sempre que necessário, sobre a plataforma, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento do serviço.

**10.10.** Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa, qualquer profissional cuja atuação, permanência ou comportamento seja considerado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório, que se apresente para o serviço fora dos padrões exigidos ou que seja considerado tecnicamente inapto.

**10.11.** Responsabilizar-se pela coordenação eficiente e proativa de seus colaboradores e de todos os demais recursos disponíveis, durante a realização dos eventos.

**10.12.** Responsabilizar-se pelo transporte de recursos humanos e materiais para o local do evento, bem como pelo transporte daqueles recursos de volta às respectivas origens.

**10.13.** Responsabilizar-se pelos custos de transporte, montagem e desmontagem de estruturas e/ou equipamentos, por ocasião de mudança de local de realização dos eventos.

**10.14.** Responsabilizar-se pela desmontagem de estruturas e/ou equipamentos e de quaisquer outros materiais.

**10.15.** Abster-se de veiculação de publicidade em relação a este Contrato assinado com o CONTRATANTE e a sua execução.

**10.16.** Manter disciplina e ética profissional, nos locais da prestação do serviço, durante a execução do objeto deste Contrato.

**10.17.** Manter, por seus representantes ou prepostos, sigilo quanto aos trabalhos executados e elementos utilizados, bem como comunicar ao CONTRATANTE qualquer alteração superveniente.

**10.18.** Abster-se, durante a vigência do Contrato, de contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Tribunal ou de agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato.

## **DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DESTE CONTRATO - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

**11.1.** Conforme art. 117 da Lei n. 14.133/2021 e Instrução n. 146/2024 do CONTRATANTE, este Contrato será acompanhado e fiscalizado pelos(as) seguintes servidores(as):

a) Gestor(a) da Ata: **Evanice Cunha da Silva**, e-mail: emeron.dead@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6454;

b) Gestor(a) da Ata Substituto(a): **Cíntia Mendes Cabral**, e-mail: emeron.dead@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6489;

c) Gestor(a) do Contrato relativo ao Item 1: **Bruna Livia Timbó de Araújo Balthazar**, e-mail: brunalivia@tjro.jus.br, telefone (69) 3309-6450;

d) Gestor(a) do Contrato Substituto(a) relativo ao Item 1: **Evanice Cunha da Silva**, e-mail: emeron.dead@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6454;

e) Fiscal Técnico do Contrato relativo ao Item 1: **Jean Carlos Silva dos Santos**, e-mail: jean@tjro.jus.br, telefone (69) 3309-6451;

f) Fiscal Técnico do Contrato Substituto(a) relativo ao Item 1: **Rodolfo Texeira Fernandes**, e-mail: rodolfofernandes@tjro.jus.br, telefone (69) 3309-6487;

g) Gestor(a) do Contrato relativo ao Grupo 1: **Larissa Zuim Matarésio**, e-mail: larissa.zuim@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6447;

h) Gestor(a) do Contrato Substituto(a) relativo ao Grupo 1: **Evanice Cunha da Silva**, e-mail: emeron.dead@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6454;

i) Fiscal Técnico do Contrato relativo ao Grupo 1: **Ruan Gabriel do Nascimento Silva**, e-mail: ruan.nascimento@tjro.jus.br, telefone (69) 3309-6468; e

j) Fiscal Técnico do Contrato Substituto(a) relativo ao Grupo 1: **Diêgo Holanda Oliveira Duarte**, e-mail: diegoholanda@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6446.

**11.2.** O(A) Gestor(a) e os(as) Fiscais Técnicos(as) deste Contrato e seus(uas) substitutos(as) poderão ser localizados(as) na Sede da EMERON, situada na Rua Rogério Weber, n. 1872, Centro, Porto Velho/RO, CEP: 76801-906.

**11.3.** As atribuições e competências de gestores e fiscais encontram-se na Instrução n. 146/2024 do CONTRATANTE.

## **DAS PENALIDADES - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

**12.1.** Sem prejuízo das penalidades editalícias, contratuais e das demais cominações legais, poderá ser aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de Rondônia, pelo prazo de **até 3 (três) anos**, observadas as disposições do art. 156 da Lei n. 14.133/2021, se a CONTRATADA:

a) dar causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total deste Contrato; e

c) ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato sem motivo justificado.

**12.2.** O atraso injustificado **para a prestação dos serviços de tradução de textos**, conforme disposição contida no subitem **2.1.7** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço correspondente, a cada dia de atraso, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia útil após o término do prazo final. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.6** deste Contrato.

**12.3.** O atraso injustificado **para a prestação dos serviços de tradução simultânea ou consecutiva, presenciais ou remotos, bem como na disponibilização de equipamentos**, conforme disposições contidas nos subitens **2.2.2, 2.2.8, 2.2.15 e/ou 2.3.1** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da

Ordem de Serviço correspondente, a cada hora de atraso, contada a partir da primeira hora imediatamente posterior a hora determinada para o início da prestação do serviço. A partir da 3ª (terceira) hora corrida poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.6** deste Contrato.

**12.4.** A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução do objeto deste Contrato, nos casos previstos nos arts. 107, 108 e 111 da Lei n. 14.133/2021, deverá, **até o vencimento do respectivo prazo**, apresentar justificativa por escrito e de forma digital ao(à) Gestor(a) do Contrato (*emeron.ascom@tjro.jus.br* e/ou *emeron.dead@tjro.jus.br*), **juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados**, ficando a critério do Tribunal a sua aceitação.

**12.5.** Vencido o prazo estipulado, o Tribunal oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data e/ou hora limite para a execução. A partir da data e/ou hora limite, considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem **12.7** deste Contrato.

**12.6.** Pelo descumprimento parcial do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá extinguir este Contrato e/ou aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o seu respectivo valor total estimado.

**12.7.** Pelo descumprimento total do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá extinguir este Contrato e/ou aplicar multa de 15% (quinze por cento) sobre o seu respectivo valor total estimado.

**12.8.** As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

**12.9.** As multas devidas bem como os prejuízos causados ao CONTRATANTE não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da lei e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**12.10.** A CONTRATADA inadimplente, quando não tiver valores a receber do CONTRATANTE, terá o prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

**12.11.** A aplicação de multa e/ou a extinção deste Contrato não impede que o CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 (advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) e serão precedidas de processo administrativo mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

**12.12.** Cautelarmente, o CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

## **DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

**13.1.** Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou de caso fortuito, nos termos da legislação vigente, que obste o cumprimento dos prazos e demais obrigações estatuídas neste Contrato, ficará a CONTRATADA isenta das multas e penalidades pertinentes.

## **DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

**14.1.** Observadas as demais disposições constantes no Capítulo VIII, Título III, da Lei n. 14.133/2021, a **extinção** deste Contrato:

a) poderá ser declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE, se a CONTRATADA inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 137, incisos I a IX, da Lei n. 14.133/2021, conforme disposto no art. 138 da referida Lei;

b) poderá ser declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE se durante a vigência deste Contrato sobrevier em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, bem como atue na fiscalização ou na gestão deste Contrato, conforme Resolução n. 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021; e

c) poderá ocorrer consensualmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 138, incisos II e III, da referida Lei.

**14.2.** Se a extinção for unilateral ou consensual, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de extinção, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

**14.3.** Não será admitida a subcontratação do objeto, sob pena de extinção do Contrato e aplicação das penalidades previstas na CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.



**DA ALTERAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

**15.1.** O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

**DA PUBLICAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**

**16.1.** O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário da Justiça Eletrônico - DJE e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP em **até 20 (vinte) dias úteis** contados da data de sua última assinatura pelas partes como condição de sua eficácia, nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

**DA PROTEÇÃO DE DADOS - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA**

**17.1.** Em atendimento ao estabelecido na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e na Resolução n. 363/2021 do CNJ, e ainda, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, as partes se comprometem a cumprir todas as obrigações estipuladas na LGPD e demais legislações aplicáveis no que se refere às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto deste Contrato, zelando pelos direitos e garantias fundamentais envolvidos, inclusive sobre a confidencialidade das informações.

**DOS CASOS OMISSOS - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA**

**18.1.** Os casos omissos serão resolvidos pelas partes em comum acordo, por meio de termo aditivo, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078/1990 e nas normas e princípios gerais dos contratos.

**DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA E DO FORO - CLÁUSULA DÉCIMA NONA**

**19.1.** Serão adotados métodos de resolução consensual das controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste Contrato, conforme Recomendação n. 140/2023 do CNJ.

**19.2.** As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Contrato, quando não solucionadas consensualmente, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE, para que produza os devidos efeitos legais.

**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**Juiz de Direito CRISTIANO MAZZINI**

**VICE-DIRETOR**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIO HENRIQUE CARVALHO ROCHA, Assessor (a) Jurídico (a)**, em 21/05/2026, às 13:50 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **5672874** e o código CRC **2DC0660B**.